

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



“Equipas de Investigação Conjuntas

Uma ferramenta para o futuro da Investigação Criminal da PSP”

Trabalho Individual Final

Estudo empírico.

Autor: Afonso Ricardo Rocha de Sousa

Lisboa, 12 de julho de 2019



RESUMO

A cooperação internacional tem desempenhado um papel importante no combate à criminalidade transfronteiriça. Com o propósito de reforçar essa cooperação, a União Europeia decidiu criar, em 2000, as Equipas de Investigação Conjuntas (EIC)/Joint Investigation Teams (JIT).

Estas equipas permitem uma maior eficácia no combate a fenómenos criminais que necessitem de investigações complexas ou coordenadas entre dois ou mais Estados-Membros da União. Apesar da utilização regular desta ferramenta em diversos países da União, verifica-se um uso muito escasso em Portugal.

Através da análise documental das atas das reuniões anuais da Rede das EIC, dos Relatórios de Avaliação das EIC e de uma entrevista ao Ponto Nacional de Contacto para as EIC, tentamos perceber as dificuldades e melhores práticas ligadas à conceção e fase operacional das EIC, bem como dos aspetos relacionados com a recolha de prova e valor acrescentado do recurso às EIC.

Da aplicação do método utilizado, percebemos a existência de fatores mais relevantes, como sejam a falta de conhecimento deste instrumento, as problemáticas ligadas às diferentes línguas e ordenamentos jurídicos, a necessidade de respeito pelas normas de cada estado-Membro e a grande importância do contributo dado por algumas agências europeias – Eurojust e Europol.

PALAVRAS-CHAVE: EQUIPAS DE INVESTIGAÇÃO CONJUNTAS; INVESTIGAÇÃO CRIMINAL; JOINT INVESTIGATION TEAMS; COOPERAÇÃO INTERNACIONAL POLICIAL; COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA.

ABSTRACT

International cooperation has played an important role in combating cross-border crime. In order to strengthen this cooperation, the European Union decided in 2000 to set up the Joint Investigation Teams (JITs).

These Teams are more effective in combating criminal phenomena requiring complex or coordinated investigations between two or more Member States of the Union. Despite the regular use of this tool in several countries of the Union, there is very little use in Portugal.

Through the documentary analysis of the conclusions of the annual meetings on JIT Network, the JIT Evaluation Reports and an interview with the National Contact Point for JITs, we try to understand the difficulties and best practices related to the design and operational phase of JITs, as well as the aspects related to the collection of evidence and added value of the use of JITs.

From the application of the method used, we can see the existence of the most relevant factors, such as the lack of knowledge of this instrument, the problems related to the different languages and legal systems, the need to respect the rules of each Member State and the great importance of the contribution made by some European agencies - Eurojust and Europol.

KEYWORDS: CRIMINAL INVESTIGATION; INTERNATIONAL POLICE COOPERATION; JOINT INVESTIGATION TEAMS;; JUDICIAL COOPERATION.

INTRODUÇÃO

No rescaldo da segunda guerra mundial e com a convicção de “a paz fundada na justiça e na cooperação internacional é de um interesse vital para a preservação da sociedade humana e da civilização”, foi criado, em maio de 1949, o Conselho da Europa, a que Portugal aderiu em 1976 - Gouveia (2005), p. 188. Este desejo de cooperação foi concretizado em 1957, através do Tratado de Roma, que instituiu em 1957 a Comunidade Económica Europeia (CEE).

Nesta senda, foi celebrada em 20 de abril de 1959, a Convenção Europeia de Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal, que passou a vigorar em Portugal desde 1994, depois da ratificação feita pelo Decreto do Presidente da República n.º 56/94, de 14 de julho – estavam assim dados os primeiros passos no que respeita à cooperação judiciária e policial europeias.

Mais tarde, no Tratado de Maastricht, que instituiu a União Europeia (UE), foi incluído um Capítulo VI que regulou as “disposições relativas à cooperação nos domínios da justiça e dos assuntos internos”, prevendo a cooperação judiciária em matéria penal e a cooperação policial, com a criação da Unidade Europeia de Polícia (Europol).

Dessa forma o “chamado «Terceiro pilar», ou área JAI, foi integrado no quadro institucional, acrescentando assim uma nova dimensão à construção da Europa” (Guedes & Elias, 2010, p. 178).

O Conselho Europeu de Tampere, reunido em outubro de 1999, pretendeu desenvolver a “União enquanto espaço de liberdade, de segurança e de justiça”, para tanto, nas Conclusões dele extraídas, pode ler-se no seu ponto C. IX. que o “Conselho Europeu apela à criação, como primeira medida e o mais rapidamente possível, de equipas de investigação conjuntas”.

Nesta sequência, foi assinada em 29 de maio de 2000, a Convenção 2000/C 197/01, do Conselho, relativa ao auxílio judiciário mútuo em matéria penal entre os Estados-Membros (EM) da União Europeia (doravante “Convenção de 2000”), que estabeleceu no ser art.º 13.º a criação de Equipas de Investigação Conjuntas (EIC) – que na redação original, em inglês, são nomeadas *Joint Investigation Teams* (JIT).

Em virtude da tardia ratificação da referida Convenção de 2000, e com o intuito de permitir a seu uso imediato por todos os EM, foi publicada a Decisão-Quadro 2002/465/JAI do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa às equipas de investigação

conjuntas (doravante designada “Decisão-Quadro de 2002”), ficando assim estabelecido o quadro normativo que permitiu o início do recurso às EIC.

Apesar disso, as EIC tiveram um “começo difícil, uma vez que a Convenção de 2000 demorou vários anos a ser ratificada por todos os EM e a decisão-quadro de 2002 não foi rápida e corretamente aplicada” (Ata da terceira reunião da Rede de Peritos em EIC, 2008, p. 3.).

Ocorre que os acontecimentos relativos à segurança internacional provocaram alterações nos “ecossistemas políticos circundantes” (Guedes & Elias, 2010, p. 174), como foi assumido pelo Conselho em 2004, no Programa de Haia, relativo ao reforço da liberdade, da segurança e da justiça na União Europeia (JO 2005/C 53/01) ao escrever que “a segurança da União Europeia e dos seus EM adquiriu um novo carácter urgente, especialmente à luz dos atentados terroristas nos Estados Unidos, a 11 de Setembro de 2001, e em Madrid, a 11 de Março de 2004”.

Nesta sequência e com o intuito de implementar o Programa de Haia é criada, pelo Documento 11037/05, de 8 de julho, a Rede de Peritos em EIC, para a qual cada Estado-Membro ficou incumbido de nomear um Perito/Ponto de Contacto Nacional. É também nesta ocasião que se decide a efetivação de reuniões anuais da Rede que, desde então, se vêm realizando anualmente, na sede da Eurojust, em Haia.

Em 2009 foi mais dado um passo importante no sentido de melhorar e potenciar a utilização das EIC, com efeito, com a Decisão 2009/426/JAI do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, tomaram-se medidas de reforço da Eurojust no combate à criminalidade, designadamente: o secretariado da Rede de Peritos em EIC passou a estar sedado na Eurojust; estatuiu-se a participação do Membro Nacional Eurojust nas EIC, sendo convidado para todas as que digam respeito ao seu EM; fortaleceu-se do apoio financeiro dado pela Eurojust às EIC, passando a ser o principal organismo da EU a garantir este tipo de apoio.

Como veremos adiante, “em zonas fronteiriças específicas, a única forma de lidar com o crime e as ameaças à segurança pública e à segurança nacional é o estabelecimento de uma cooperação mais estreita e de uma melhor coordenação” (Programa de Haia, 2005, p. 11). A constituição de uma EIC pode traduzir-se um grande valor acrescentado comparativamente ao recurso às tradicionais formas de cooperação policial e judiciária, que assentam principalmente na troca de informação e *intelligence* e na realização de diligências avulsas. Tal levou, desde a sua génese, à constituição de centenas de EIC.

Caracterização, formação, composição e funcionamento das EIC

As EIC são uma ferramenta jurídica de cooperação internacional judiciária e policial que se baseia num acordo escrito entre as autoridades competentes – tanto judiciárias (procuradores, juízes de instrução) como órgãos de polícia criminal – de dois ou mais Estados. As EIC são criadas por um período limitado e com um objetivo concreto, para realizar investigações criminais num ou mais dos Estados envolvidos.

As EIC foram criadas pelo art.º 13.º da Convenção de 2000 e pela Decisão-Quadro de 2002, que se aplicou aos países que não tinham ainda ratificado a referida Convenção de 2000.

Em Portugal, tais matérias são reguladas pela Lei n.º 144/99, de 30 de agosto, que regula a cooperação judiciária internacional em matéria penal, nomeadamente nos seus artigos 145.º a 146.º, cuja alteração operada pela Lei n.º 48/2003, de 22 de agosto, a veio harmonizar com os normativos Europeus supracitados.

Nos termos do art.º 145.º, n.ºs 5 e 9 desta Lei, em Portugal a competência para autorizar a formação de uma EIC é do Ministro da Justiça que pode delegar no Procurador-geral da República.

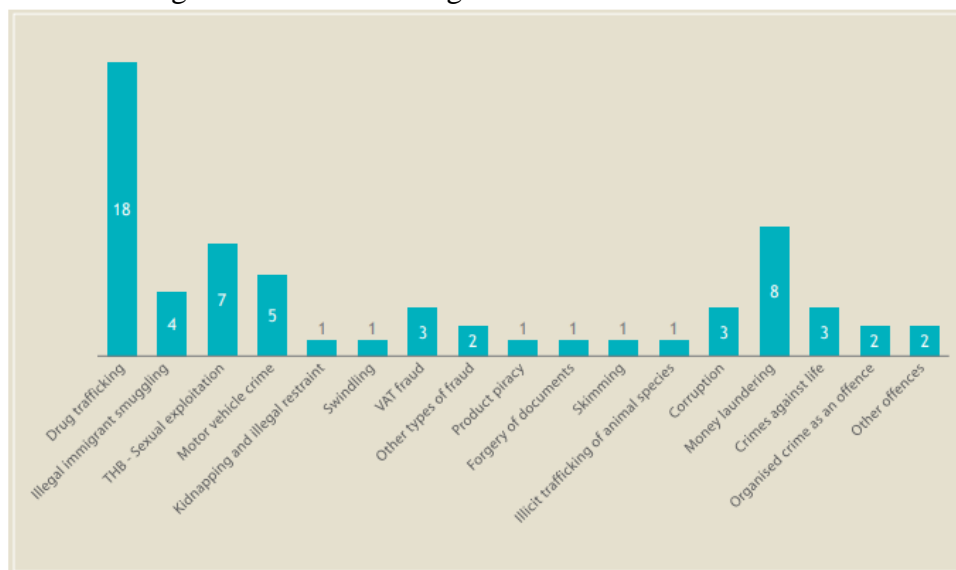
Nos termos do artigo. º 13.º, n.º 1, da Convenção de 2000 prevê que uma EIC pode ser criada quando:

“a) No âmbito das investigações de um Estado-Membro sobre infracções penais, houver necessidade de realizar investigações difíceis e complexas com implicações noutros EM;

b) Vários EM realizarem investigações sobre infracções penais que, por força das circunstâncias subjacentes, tornem indispensável uma acção coordenada e concertada nos EM envolvidos”.

Apesar do ponto 43. das Conclusões de Tampere referirem a criação de EIC para “combater o tráfico de drogas e de seres humanos e o terrorismo”, pode constatar-se que a Convenção de 2000 adotou um critério muito mais abrangente, não sendo a tipologia criminal que circunscreve ou habilita a formação e uma EIC, o que é determinante é a existência de investigações transfronteiriças complexas ou que exijam ações coordenadas em dois ou mais EM. Tal pode ser observado na Figura 1, em que constatamos um leque diversificado de crimes investigados pelas EIC.

Figura 1. Crimes investigados nas EIC avaliadas



Fonte: primeiro relatório de avaliação das EIC, 2016.

Da leitura do art.º 13.º, n.º 1, da Convenção de 2000, pode também retirar-se que não é obrigatória a pendência de investigações a decorrer simultaneamente nos vários EM que participarem na EIC.

A equipa tem início com a celebração de um acordo, firmado normalmente na sede da Eurojust, em Haia, entre os Estados que dela farão parte. Com o intuito de facilitar a constituição das EIC foi publicado recentemente, através Resolução 2017/C 18/01 do CONSELHO, um novo Modelo de acordo que deve ser utilizado como base de trabalho sempre que se pretenda formar uma equipa.

Como se verifica pela consulta do Modelo de acordo supracitado, é frequente a inclusão de apêndices ao acordo, como seja a elaboração de um Plano de Ação Operacional (PAO).

Quando se pretenda formar uma EIC e de forma a obter aconselhamento e assistência na redação do acordo, é importante o contacto quer com o Ponto Nacional de Contacto para as EIC/JIT – magistrado do DCIAP/PGR, quer com o Membro Nacional da Eurojust, o que, de resto, resulta do art.º 13.º, n.º 5 da Decisão 2002/187/JAI que criou a Eurojust.

Para a composição da equipa, cada parte nomeia um chefe de equipa, por regra representante da autoridade competente para a investigação (magistrado do Ministério Público ou juiz) e elementos (órgãos de polícia criminal) que executarão as diligências de investigação e atividades de carácter operacional.

Nos termos do art.º 13.º, n.º 3, a) e b) da Convenção de 2000, o chefe de equipa é o responsável por garantir que as atividades da equipa se situam “dentro dos limites das suas

competências ao abrigo da legislação nacional” em que estiverem a atuar, pelo que os membros da equipa atuam sob as suas ordens, sendo importante realçar que a equipa trabalhará “em conformidade com a legislação do Estado-Membro onde decorre a sua intervenção”.

Daqui resulta que quando um membro da equipa atua fora do seu território nacional ele tem que obedecer à legislação aí em vigor, sendo considerado nestes casos como “elementos «destacados» para a equipa”, nos termos do n.º 4, do art.º 13.º da referida Convenção.

Nos termos do art.º 13.º, n.º 12, da Convenção de 2000, prevê-se a possibilidade de participação na equipa de representantes de outras entidades da União Europeia, como sejam a Europol, a Eurojust e o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF). A inclusão de outros participantes é normalmente prevista em apêndice ao acordo de criação a EIC.

Na sequência das reuniões precedentes, no decurso da nona reunião anual de Peritos em EIC, que decorreu em junho de 2013, procedeu-se à apresentação e aprovação do formato e conteúdo do Modelo de Avaliação das EIC. Como verificamos na Ata da referida reunião anual, com a aprovação deste formulário, que deve ser preenchido após o encerramento da EIC em reunião da realizar na sede da Eurojust, pretendeu-se reforçar e melhorar a utilização destas equipas pelos EM.

O resultado da avaliação das EIC é depositado no secretariado da Rede EIC, permitindo assim uma análise sistematizada e centralizada da informação. Estas medidas permitiram já a realização do primeiro e segundo Relatório de Avaliação EIC, produzidos em 2016 e 2018, respetivamente.

No dizer da Circular 1/12, 18/01/2012 da Procuradoria Geral de República (PGR), a formação de uma EIC tem como “principal objetivo obter informações e provas, de forma mais célere e flexível, quando, no âmbito de investigação criminal de um Estado estrangeiro, houver necessidade de realizar investigações de especial complexidade com implicações em Portugal ou noutro Estado, ou quando vários Estados realizem investigações criminais que careçam de coordenação ou concertação nos Estados envolvidos”.

Os Peritos Nacionais em EIC/Ponto nacional de contacto EIC

Como já se disse, a Rede de Peritos em EIC foi criada em julho de 2005 (Documento 11037/05 do Conselho, de 8 de julho de 2005) com o objetivo de incentivar a criação destas equipas.

Nesse Documento foram atribuídas aos peritos um leque de tarefas, das quais destacamos:

- Facilitar a criação de equipas de investigação conjuntas, divulgando informações sobre o quadro jurídico e as possibilidades de criação de EIC;
- Constituir pontos de contacto nacionais que as autoridades nacionais competentes e as autoridades de outros EM que lidam com EIC possam solicitar para obter conhecimentos especializados e informações sobre o quadro legislativo nacional relativo às equipas de investigação conjuntas, informações sobre as autoridades competentes a contactar, resolução de problemas linguísticos, etc;
- Ser capazes de coletar e receber informações sobre as melhores práticas, bem como sobre obstáculos e problemas encontrados na criação e organização da EIC;
- Estar em condições de manter contactos estreitos com a Eurojust e a Europol quando se trate de EIC com vista a facilitar a associação destes organismos às EIC e a fornecer e trocar conhecimentos especializados sobre o quadro jurídico nacional e as melhores práticas.

De acordo com o que foi estatuído no Documento fundador, a rede de peritos em EIC, cujo secretariado foi acolhido em 2011 pela Eurojust, tem realizado anualmente uma reunião. Estes encontros, organizadas com o apoio da Eurojust e da Europol, constituem uma oportunidade para os EM e as instituições partilharem experiências e desafios e proporem a adoção de boas práticas do ponto de vista dos profissionais.

As conclusões das reuniões anuais da rede de peritos em EIC constam de Ata publicada na página eletrónica da Eurojust (<http://www.eurojust.europa.eu>) e possuem um manancial de informação importante para o estudo das EIC.

Em Portugal o Ponto de Contacto para as EIC tem sido, desde o início, um Magistrado do Departamento Central de Investigação e Ação (DCIAP).

O papel da Europol e da Eurojust

A Europol e a Eurojust têm sido as agências europeias que têm desempenhado um papel importante no crescimento do uso de EIC.

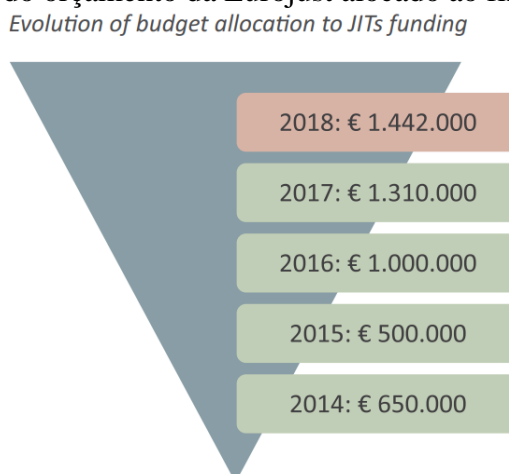
No que respeita à Europol, o seu apoio às EIC tem-se demonstrado de diversas formas, como podemos ver, desde logo no seu sítio na internet (<https://www.europol.europa.eu/>). Assim, vemos que a Europol apoia as EIC através da sua capacidade de identificar as ligações entre os processos conexos e as investigações; de estabelecer uma ligação direta com os membros da EIC; de fornecer aos membros as

informações que a Europol mantém; apoiar o intercâmbio seguro de informações, designadamente através da rede SIENNA.

Na parte operacional da EIC, a Europol presta uma ajuda fundamental oferecendo apoio analítico e logístico e conhecimentos técnicos e forenses, assim como através do seu Centro Operacional, que funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana e que permite um acompanhamento central e permanente das operações em curso.

A Eurojust presta um apoio principalmente na fase de identificação e criação da EIC, em todas as suas vertentes: através de promoção de reuniões de coordenação, do aconselhamento e assistência técnica, do financiamento. Não menos importante é a circunstância de desde 2005 a Eurojust acolher a Rede de Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjuntas (Rede EIC), garantindo o seu Secretariado.

Figura 2. Evolução do orçamento da Eurojust alocado ao financiamento das EIC



Fonte: segundo relatório de avaliação das EIC, 2018.

Outra questão fundamental é o apoio financeiro prestado às EIC e que tem contribuído muito para o incremento desta forma de cooperação policial e judiciária, tornando-se atualmente a principal agência europeia que que respeita ao apoio financeiro da EIC, como se pode verificar na Figura 2.

Panorâmica sobre as EIC

Apesar de já constituírem EIC há vários anos, não está disponível ainda uma estatística que permita perceber com certeza qual tem sido o uso dado a esta ferramenta de cooperação internacional. Todavia, os números que se referem ao apoio financeiro prestado pela Eurojust permitem-nos ter uma visão de evolução no que respeita à constituição e EIC.

A Eurojust reforçou em 2009 (em consequência da DECISÃO 2009/426/JAI DO CONSELHO) o seu apoio às EIC, nomeadamente com o incremento do montante do seu orçamento dedicado ao financiamento de EIC, isso teve um impacto no número de EIC constituídas, como se vê na Figura 3.

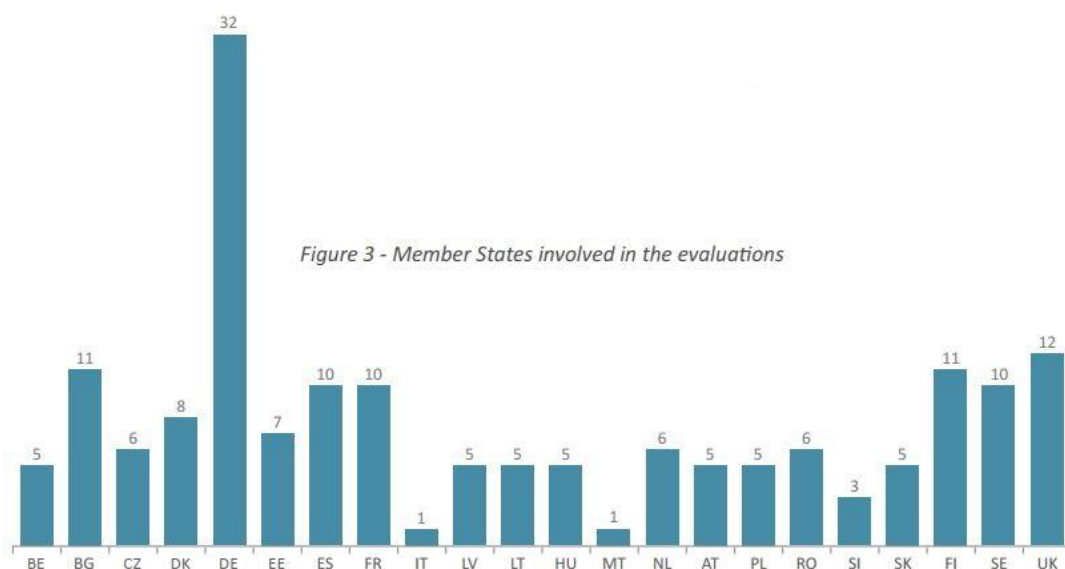
Figura 3. EIC que receberam apoio da Eurojust

Year	JITs receiving financial assistance from Eurojust	JITs set up with Eurojust assistance
2010	25	20
2011	34	33
2012	62	47
2013	53	42
2014	67	45
2015	68	46
2016	90	69
2017	128	87

Fonte: segundo Relatório de Avaliação EIC, 2018.

O segundo relatório de avaliação das EIC permite-nos também perceber os países que têm usado este instrumento de cooperação internacional, no caso, referindo-se aos países que participaram na avaliação das EIC – Figura 4.

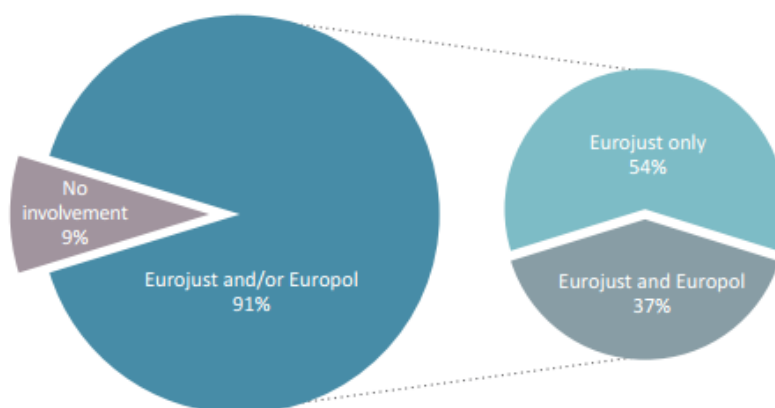
Figura 4. Países que estiveram envolvidos na avaliação das EIC



Fonte: Segundo Relatório de Avaliação EIC, 2018.

Por fim, atendamos ao envolvimento nas EIC da Europol e Eurojust – Figura 5, onde percebemos a grande relevância do seu contributo.

Figura 5. Envolvimento da Europol e Eurojust nas EIC



Fonte: Segundo Relatório de Avaliação EIC, 2018

O caso Português

A primeira EIC em que autoridades portuguesas participaram (no caso tratou-se do DIAP de Lisboa, com a coadjuvação do Serviços de Estrangeiros e Fronteiras - SEF) resultou de uma investigação iniciada em 2010, tendo o acordo relativo à criação da EIC sido assinado em janeiro de 2012, entre Portugal e o Reino Unido, ao qual se juntou a França em maio desse ano.

No comunicado de imprensa feito pela Eurojust, no dia 20 de novembro de 2012, pode verificar-se que se tratou de uma investigação acerca de uma organização que se dedicava à imigração ilegal e falsificação de documentos através do recurso a casamentos por conveniência.

A criação da EIC permitiu que no dia da designada “Operação Xequé ao Rey”, que decorreu simultaneamente no Reino Unido, em Portugal e em França, polícias do Reino Unido e da França estiveram presentes em Portugal, enquanto elementos SEF estiveram presentes no Reino Unido e em França.

No rescaldo da operação contaram-se 24 detenções nos EM em que ela decorreu, seis das quais em território português, uma delas por cumprimento de um mandado de detenção europeu emitido pelas autoridades francesas. Foram cumpridas buscas em 23 residências e

um estabelecimento comercial e as apreensões incluíram dinheiro, documentação, telemóveis, cartões SIM, computadores, uma unidade de disco rígido e 1,5 kg de haxixe.

No referido comunicado de imprensa, encontramos também as palavras do Procurador José Guerra – Adjunto do Membro Nacional da representação portuguesa na Eurojust, descreveu a operação como “um bom exemplo de uma nova abordagem na luta contra a criminalidade transfronteira a nível da UE. Ao criar uma EIC, as autoridades de três EM diferentes conseguiram fazer face a uma ameaça comum.” Acrescentando ainda que “a Eurojust demonstrou ter um papel excecional a desempenhar, colmatando lacunas e reforçando a coordenação entre as autoridades nacionais mesmo nos casos em que, através de uma EIC, já existia coordenação” (tradução nossa).

A segunda participação portuguesa em EIC foi estabelecida por acordo assinado com a Suíça em maio de 2015, na sede da Eurojust.

Como se verifica na Nota para a comunicação social publicada pela PGR em 28 de março de 2019, a investigação acerca do denominado “universo espírito santo” tem como objeto “um conjunto de factos que admitem o juízo de que possam ter sido cometidos crimes de burla qualificada, falsificação de documentos, corrupção ativa e passiva no setor privado, corrupção com prejuízo no comércio internacional, branqueamento de capitais, infidelidade e associação criminosa” e inclui “investigações criminais instauradas na Suíça”.

Da vastidão dos números que se encontram vertidos na citada Nota para a comunicação, destacam-se com maior interesse para percebermos a dispersão geográfica das diligências a execução de “199 audições, 22 das quais nos Estados Unidos, Suíça e Espanha”, de “111 buscas, em Portugal, Espanha, Macau e Suíça”, a apreensão “para além de suportes documentais em papel, cerca de 100 milhões de ficheiros informáticos relativos a sistemas operativos bancários, sistemas de contabilidade, contratos, documentos contabilísticos, documentos de natureza bancária e transmissão escrita de comunicações entre, designadamente, Portugal, Suíça, Luxemburgo, Panamá, Dubai, Espanha, e redigidos em inglês, francês e espanhol” e a “solicitação de “16 incidentes de arresto, alguns dos quais concretizados no Brasil e Suíça.”

Da referida Nota extrai-se também a composição da equipa que leva a cabo tal investigação e que é composta por “7 magistrados, no âmbito de uma equipa especial constituída com 3 elementos do Banco de Portugal, 1 elemento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, 10 elementos da Polícia Judiciária (4 dos quais colocados em Fevereiro de 2019), 6 elementos da PSP, 2 elementos do Núcleo de Assessoria Técnica da

PGR, 1 elemento da Inspeção Geral de Finanças e 3 elementos da Autoridade Tributária, e um elemento da Unidade de Apoio do DCIAP”.

A terceira experiência portuguesa em EIC, foi criada em dezembro de 2017 tendo como participantes a 1.^a Secção de Loures, do DIAP da Comarca de Lisboa Norte, com a coadjuvação do SEF.

No Comunicado de imprensa divulgado em 15 de janeiro de 2019, pela referida Comarca, deu-se nota do desmantelamento de “um grupo criminoso que operava em Portugal e na Bélgica” e que “angariou dezenas de mulheres portuguesas que, em troca de um pagamento de milhares de euros, aceitaram viajar para a Bélgica levando consigo documentos atestando um casamento falso com um cidadão estrangeiro aí residente, na maioria cidadãos nacionais do Paquistão, de molde a que esse mesmo cidadão pudesse obter autorização de residência na União Europeia, ao se apresentarem perante as Autoridades Belgas como casadas com esse cidadão.”

No âmbito desta EIC decorreram investigações simultâneas em Portugal e na Bélgica e no dia em que decorreu a operação foram “detidos 3 suspeitos em Portugal e 17 na Bélgica, bem como foram executados oito mandados de busca domiciliária, em Portugal”, sendo que, simultaneamente, “na Bélgica foram executados 18 mandados de busca domiciliária”.

Sobre a PSP

Como já referimos, não é a tipologia criminal de determina o recurso a uma EIC, mas sim a existência de investigações transfronteiriças complexas ou que exijam ações coordenadas em dois ou mais EM. Assume aqui particular importância o crime organizado que se apresenta “como uma realidade que atravessa fronteiras terrestres e marítimas, que se desloca pelo mundo fixando-se nas diferentes áreas geográficas do globo, mas de forma muito dissimulada” (Morgado, 2014, p.13). A este fenómeno é dado destaque no Relatório sobre a Avaliação da Ameaça da Criminalidade Grave e Organizada (SOCTA, 2017, p. 13), produzido pela Europol a existência de 5000 grupos de crime organizado na UE, envolvendo, nos últimos anos, pessoas de mais de 180 nacionalidades.

Em Portugal tem sido amplamente noticiada a existência de criminalidade organizada de cariz transfronteiriço, o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) tem dedicado atenção às ameaças provenientes da Europa, o RASI de 2012 refere que o “risco migratório tem origem, sobretudo, na Europa de Leste, associado às comunidades romena, georgiana e búlgara, evidenciando-se a comunidade romena de etnia cigana que se dedica à mendicância e pequeno furto.” Denotando-se “a continuidade da identificação da entrada

em território nacional, sobretudo por via terrestre, de cidadãos oriundos de outros países do Leste Europeu – Ucrânia, Moldávia e Rússia –, utilizando vistos de curta duração emitidos noutros Países Schengen e/ou com base em documentação fraudulenta” (Rasi, 2012, p. 118).

A PSP enquanto Órgão de Polícia Criminal (OPC) de competência genérica, nos termos do art.º 3.º, n.º 1, C), da Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC), tem assumido um papel importante no combate a este tipo de criminalidade. Este trabalho da PSP tem sido profusamente noticiado, sendo inúmeros os inquéritos investigados e operações realizadas, como ilustram os dois casos que a seguir descrevemos a título de exemplo.

No início de 2009, foi desencadeada pela PSP uma operação policial que foi designada “Operação Anzol”, sobre a operação a RTP notícia (em 23 de março de 2009) que se “interceptou e identificou desde o início do ano 93 indivíduos, maioritariamente mulheres e menores, tendo a PSP procedido a 23 detenções e cumprido 16 mandados de busca domiciliária”.

Mais tarde, no Acórdão do Tribunal da Relação do Porto (TRP) de 03 de junho de 2009, pode ler-se que “O «modus operandi» verificado, consiste na constituição de grupos formados maioritariamente por mulheres, de aparência frágil, com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos, que se intitulam como menores, apoiadas por cidadãs mais velhas (...)” e que “estes indivíduos dedicam-se predominantemente ao furto de jóias, para que possam abandonar o local sem transportar grandes volumes, evitando assim levantar suspeitas.”

Outra notícia, publicada no Jornal Destak de 10 de fevereiro de 2010, refere, com base na acusação, que são imputados aos arguidos “um crime de associação criminosa, acusando-os ainda de coautoria em 218 furtos qualificado na forma consumada e 17 na forma tentada, quatro furtos simples e 43 falsificações de documentos. A notícia acrescenta que os crimes foram “praticados do Minho ao Algarve em 2008 e 2009 e as autoridades associam os arguidos a crimes similares praticados em França, Itália e Espanha”, onde um dos suspeitos está “detido num estabelecimento prisional”, acrescentando que “uma fonte ligada à investigação disse que alguns dos envolvidos terão declarado a diversas polícias europeias “mais de 20 identidades diferentes”.

Pelo referido acórdão do TRP de 3 de junho de 2009, seis dos arguidos foram condenados a penas entre os 13 anos e meio e os 21 anos de prisão.

Em janeiro de 2016 a Procuradoria-Geral Distrital do Porto (PGD/Porto) deu nota da

acusação, feita em 10 de dezembro de 2015, contra 38 arguidos e arguidas, de nacionalidade búlgara, a quem imputou a prática de um crime de associação criminosa; sete crimes de roubo; sete crimes de burla informática qualificada; cento e trinta e quatro crimes de burla informática; e cento e trinta e sete crimes de furto qualificado.

Tratou-se de uma investigação levada a cabo pela PSP em que a factualidade se situou de janeiro de 2009 a abril de 2013, retratando a atuação dos arguidos enquanto grupo organizado de carteiristas, que se iniciou na zona da Grande Lisboa, estendendo-se paulatinamente a todo o país. Refere o comunicado que “o grupo era essencialmente composto por várias famílias de cariz patriarcal, hierarquizado e com divisão definida de tarefas, cujo campo de acção se estendeu por vários países da Europa, vivendo exclusivamente dos proventos obtidos com a prática dos factos ilícitos”.

A sua atividade consistia em colocarem-se atrás dos ofendidos observando-os de modo a obter os códigos para utilização de cadernetas e cartões bancário. Conseguindo o código, procediam à subtração desses cartões ou cadernetas e efetuavam compras ou levantamentos de numerário, tendo-se locupletado ilicitamente de uma quantia estimada em €248 319,91.

Os arguidos foram condenados, por Acórdão do (TRP), de 21 de fevereiro de 2018, a penas entre os 7 e os 13 anos de prisão efetiva.

O que aqui dissemos acerca da PSP pretende retratar a importância do seu papel no combate à criminalidade transfronteiriça e que, todos os dias, é desempenhado em inúmeros inquéritos e diligências. Todavia, verificamos que, sem prejuízo da participação de polícias da PSP na equipa que relativa ao “universo espírito santo”, nunca foi constituída uma EIC em qualquer inquérito cuja competência de investigação tenha sido delegada na PSP.

Chegados a este ponto, apesar do assinalável uso de EIC pelo EM da EU, constatamos um reduzido recurso às EIC por parte do nosso país, sendo que, como vimos no caso da PSP é ainda inexistente.

Na tentativa de contribuir para a alteração deste estado de coisas pensamos ser importante que nos documentemos sobre o que tem sido a utilização das EIC ao longo destes últimos anos. Assim, o problema que pretendemos abordar no nosso estudo é o de identificar os aspetos que consideramos mais relevantes sobre as EIC: quais têm sido os principais entraves e melhores práticas relacionadas com a criação de uma EIC e a elaboração do seu acordo inicial; quais as principais dificuldades e melhores práticas relativas à fase operacional das EIC; quais os principais aspetos a ter em conta no que

respeita às questões da recolha e admissibilidade da prova; quais as principais vantagens ou valor acrescentado do recurso a uma EIC.

MÉTODO

Corpus

Segundo Bardin, 2004, p.96, *cit.in* Lino, 2014, p. 43, “o corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”. No estudo que agora realizamos o corpus é constituído por três tipos diferentes de documentos: as 14 atas das reuniões anuais da Rede de Peritos em EIC; o primeiro e segundo Relatórios de Avaliação das EIC (2016 e 2018, respetivamente) produzidos pelo secretariado da rede de Peritos em EIC; a entrevista realizada.

Participantes

Participou no nosso estudo um Magistrado do Ministério público, colocado no DCIAP/PGR e que exerce as funções de Ponto Nacional de Contacto para as EIC/JIT, e que, por inerência de funções, é o representante de Portugal na Rede de Peritos em EIC.

Trata-se de uma pessoa do sexo feminino, com 57 anos de idade e com 21 de experiência nas funções de Magistrado do Ministério Público.

Instrumento

Foi realizada uma entrevista semiestrutura, de cariz voluntário, por escrito, em que se incluíram três questões iniciais e em que se apelou ao recurso, pelo entrevistado, da sua vasta experiência profissional na temática em estudo.

Partindo do problema a estudar, e com recurso aos elementos identificados no corpus, foi feita uma análise de conteúdo temática, instrumento que tem sido descrito como “apropriado para lidar com dados que não foram gerados para investigação, a análise de conteúdo aplica-se a materiais que foram livremente produzidos pelos seus autores” (Pais, Lúcia & Felgueiras, Sérgio & Rodrigues, André & Santos, João & Varela, Tiago, 2015, p.499).

Procedimento

Primeiramente foi feito um contacto telefónico com a pessoa que se pretendia entrevistar que serviu para apresentar o objeto do trabalho e perceber da sua disponibilidade para participar. Obtida a sua anuência documentada, foi elaborada

entrevista de cariz semiestruturado, com a elaboração de três questões de partida. Atendendo à distância (entre Lisboa e Porto) foi endereçada por email contendo as três questões, deixando espaço para que o entrevistado pudesse referir-se a outros aspetos considerados mais pertinentes. A resposta às questões colocadas foi feita por escrito.

No que respeita aos documentos que foram analisados, tendo em consideração o problema em estudo, foi feita uma primeira análise de forma a selecionar quais as atas e relatórios que continham informação relevante.

Assim, “estabeleceu-se uma distinção entre os temas principais e secundários. Os temas principais foram definidos como dando conta do conteúdo do excerto do texto analisado, e os temas secundários serviram para especificá-los nos seus diferentes aspectos” (Ghiglione & Matalon, 2001, *cit. in* Lino, 2014, p. 47).

Elaborou-se então um quadro categorial com quatro categorias principais, sendo que duas delas têm duas subcategorias:

- Assuntos relacionados com o acordo e criação da equipa – **A**
 - Dificuldades encontradas – **A.1**
 - Soluções/melhores práticas identificadas – **A.2**
- Assuntos relacionados com a fase operacional da equipa – **B**
 - Dificuldades encontradas – **B.1**
 - Soluções/melhores práticas identificadas – **B.2**
- Assuntos relacionados com a recolha e admissibilidade da prova – **C**
- Principais vantagens/ Valor acrescentado no uso das EIC – **D**

Após uma análise fina do corpus, fez-se uma codificação do conteúdo dos documentos em apreço, codificação essa que representa “uma transformação - efectuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto” (Bardin, 2004, p. 129, *cit. in* Lino, 2014, p. 48).

Essa codificação permitiu agrupar os trechos correspondentes a cada categoria/subcategoria e posteriormente fazer um tratamento de dados com base no programa Microsoft excel para pudessem ser analisados.

Apresentação e discussão de resultados

Seguindo o procedimento descrito, foram codificadas 130 unidades de registo (UR) com a seguinte distribuição: 23 UR respeitantes à subcategoria A.1; 44 UR respeitantes à

subcategoria A.2; 7 UR respeitantes à subcategoria B.1; 26 UR respeitantes à subcategoria B.2; 15 UR respeitantes à subcategoria C e 22 UR respeitantes à subcategoria D.

No que respeita à subcategoria A.1, foram identificadas as seguintes dificuldades: desconhecimento/falta de sensibilização para as EIC (5 UR, 21,74 %), identificação de interlocutores (4 UR, 17,39%), dificuldades relativas à legislação interna do EM (4 UR, 17,39%), problemas linguísticos (2 UR, 8,7 %), definição do objeto da EIC (2 UR, 8,7 %), realização de alterações ao acordo/composição da EIC (1 UR, 4,3 %), morosidade na elaboração do acordo (1 UR, 4,3 %), divergências sobre o conteúdo do acordo (1 UR, 4,3 %), custos inerentes (1 UR, 4,3 %), admissibilidade da prova (1 UR, 4,3 %), diferentes estados das investigações nos diversos EM (1 UR, 4,3 %).

Relativamente à subcategoria A.2, foram identificadas as seguintes melhores práticas: Papel da Eurojust na elaboração do acordo (9 UR, 20,45 %), Caracter minimalista dos dados pessoais/processuais no acordo (4 UR, 9%), Realização de reuniões prévias de coordenação (4 UR, 9%), Contacto antecipado com o Ponto Nacional de Contacto para as EIC (4 UR, 9%), Predefinição dos assuntos relacionados com a prova (4 UR, 9%), Impressão de flexibilidade ao acordo (4 UR, 9%), Definição de uma língua de trabalho (3 UR, 6,8%), Elaboração de anexos (participantes, PAO) (3 UR, 6,8%), Utilização do modelo de acordo (3 UR, 6,8%), Adição de medidas nacionais que agilizem a realização do acordo (3 UR, 6,8%), Recurso a listas de controlo na definição do objeto da EIC (2 UR, 4,5%), Experiência anterior em EIC (1 UR, 2,2%).

No que concerne à subcategoria B.1, foram identificadas as seguintes dificuldades: Dificuldades linguísticas (2 UR, 28,6%), Manutenção da coesão da equipa (1 UR, 14,29%), Cumprimento de prazos (1 UR, 14,29%), Alterações acordo (1 UR, 14,29%), Diferenças nos prazos processuais (1 UR, 14,29%), Falta de conhecimento do papel do elemento destacado (1 UR, 14,29%).

Sobre a subcategoria B.2, foram identificadas as seguintes melhores práticas: Papel da Eurojust e da Europol (6 UR, 23%), Flexibilidade da equipa (3UR, 11,5%), Coesão da equipa (3UR, 11,5%), Utilização e língua de trabalho comum (2 UR, 7,7%), Caráter informal das relações entre os membros da equipa (2 UR, 7,7%), Cooperação após fim da fase operacional da EIC (2 UR, 7,7%), Tomada de decisão conjunta acerca de questões de jurisdição (1 UR, 3,8%), Papel dos elementos destacados (1 UR, 3,8%), Cooperação com ONG (1 UR, 3,8%), Verificação atempada das regras a observar sobre a recolha da prova (1 UR, 3,8%), Análise conjunta das questões ligadas à legislação interna dos EM (1 UR, 3,8%), Partilha de recursos (1 UR, 3,8%), Papel do Membro Nacional Eurojust (1 UR,

3,8%), Nomeação de peritos para questões de financiamento (1 UR, 3,8%).

Relativamente à categoria C, foram obtidos os seguintes resultados: Verificação atempada das regras a observar sobre a recolha da prova (7 UR, 46,7%), Acompanhamento das diligências de prova noutros EM/ garantia de cumprimento de regras processuais internas (3 UR, 20%), Definição de uma estratégia comum entre as autoridades responsáveis pela investigação (1 UR, 6,7%), Papel do Ponto Nacional de Contacto para as EIC (1 UR, 6,7%), Papel do Membro Nacional Eurojust (1 UR, 6,7%), Incentivo ao recurso de elementos destacados (1 UR, 6,7%), Papel de aconselhamento da Eurojust (1 UR, 6,7%).

No que toca à categoria D, obtivemos os seguintes resultados: Comunhão de esforços, multidisciplinaridade e reforço da cooperação (4 UR, 18,2%), Possibilidade de tomada de decisões estratégicas de forma conjunta pelas autoridades competentes (3 UR, 13.6%), Facilidade da troca de informação dentro da EIC (3 UR, 13.6%), Visão estratégica – técnica investigatória e indispensabilidade (2 UR, 9%), Maior capacidade na recuperação de ativos e recolha da prova (2 UR, 9%), Verificação da custódia da prova e cumprimento de regras processuais no território de outro EM (2 UR, 9%), Salvaguarda do princípio NE BIS IN IDEM em caso de acusações paralelas (1 UR, 4,5%), Celeridade (1 UR, 4,5%), Execução operacional simultânea em vários EM (1 UR, 4,5%), Prossecução dos ideais Europeus (1 UR, 4,5%), Possibilidade de financiamento 1 UR, 4,5%), Abrangência em relação à tipologia criminal (1 UR, 4,5%).

Fazendo uma análise dos resultados podemos verificar que relativamente à subcategoria A.1, se destacam como dificuldades ou entraves o desconhecimento ou falta de sensibilidade para o uso das EIC, as questões ligadas à identificação que quem são os interlocutores nos outros EM, as problemáticas relacionadas com as diferenças nas legislações internas dos vários EM, os problemas linguísticos e a definição do objeto da EIC.

No que concerne à subcategoria A.2, destaca-se claramente o papel da Eurojust no auxílio à elaboração do acordo e constituição da equipa, verificando-se depois uma convergência da importância relativa entre os restantes fatores.

Olhando para a subcategoria B.1, aparecem também as dificuldades linguísticas como mais relevantes.

No que diz respeito às melhores práticas ligadas à subcategoria B.2, vemos como mais relevante o papel da Eurojust e da Europol, a flexibilidade da equipa e coesão da equipa e a utilização de uma língua de trabalho comum.

Relativamente às questões sobre a admissibilidade da prova, da categoria C, verifica-se com maior importância a verificação atempada das regras a observar sobre a recolha da prova e o acompanhamento das diligências de prova noutros EM/ garantia de cumprimento de regras processuais internas.

Por último, sobre a categoria D, encontramos como principais vantagens ou valor acrescentado do recurso às EIC a verificação de uma comunhão de esforços, multidisciplinaridade e reforço da cooperação, a possibilidade de tomada de decisões estratégicas de forma conjunta pelas autoridades competentes, maior facilidade da troca de informação dentro da EIC, a existência de visão estratégica – técnica investigatória, a maior capacidade na recuperação de ativos e recolha da prova e a verificação da custódia da prova e cumprimento de regras processuais no território de outro EM.

CONCLUSÕES

A escolha do tema do presente estudo teve como ponto de partida a verificação, pelo autor, de duas circunstâncias: o valor acrescentado e as potencialidades que se podem retirar do recurso a este instrumento de cooperação; a escassa utilização das Autoridades Judiciárias e Policiais portuguesas.

Para essa constatação contribuiu, em grande medida, a sua experiência profissional no Sistema de Investigação Criminal da PSP (SICPSP) desde 2007. Com efeito, é conhecimento generalizado do efetivo do SICPSP o trabalho diário que é desenvolvido no combate à criminalidade transfronteiriça que assola o nosso país, sendo incontáveis as investigações que têm sido levadas a cabo em que os suspeitos têm ligações a outros países e grupos ligados ao crime organizado. O que, aliás procuramos sintetizar com dois exemplos.

O combate a este tipo de criminalidade encontra muitas vezes as barreiras da distância, das dificuldades linguísticas, dos diferentes ordenamentos jurídicos, da mobilidade dos seus atores, do seu nível de especialização e do carácter estratificado e hierarquizado dos grupos a que pertencem.

Como tal, impõem-se o recurso a estratégias de investigação que permitam quebrar essas barreiras. A EU e os seus organismos e agências têm dado passos importantes neste sentido de uma comunhão de esforços e uma abordagem global da criminalidade.

A criação das EIC, em 2000, procurou melhorar a resposta que já existia ao nível da cooperação judiciária e policial e que, demonstrava não ser suficiente.

Como vimos nos resultados do nosso estudo – que recolheu as experiências de 14 anos de utilização das EIC, quer através das atas das reuniões anuais da Rede de Peritos em EIC, quer dos relatórios de avaliação das EIC, quer da entrevista ao Ponto Nacional de Contacto para as EIC, as melhores práticas apontadas às EIC convergem na importância do papel das agências europeias (Eurojust e Europol), mas convergem também nas questões relacionadas com validade das provas recolhidas, com a comunhão de esforços, a confiança mútua e o envolvimento dos membros da EIC na tomada de decisões estratégicas.

As EIC trazem assim, um grande valor acrescentado que nenhuma outra ferramenta de cooperação fornece com tanta propriedade, que é a capacidade das autoridades judiciárias decidirem em conjunto as melhores opções estratégicas na investigação, destas autoridades garantirem as requisitos processuais na obtenção da prova, o que não acontece quando se envia uma carta rogatória.

Além disso, as EIC permitem também que os operacionais participem nas operações que decorrem no território de outro EM, garantindo a recolha de provas no cumprimento dos pressupostos e dando uma assistência importante aos seus parceiros, como seja identificando os suspeitos.

Nas palavras colhidas na entrevista realizada no presente estudo, as EIC devem ser vistas, não como uma forma de troca de informações, mas como uma **“técnica de investigação da criminalidade transfronteiriça”**.

Dos resultados obtidos no nosso trabalho destaca-se também o fraco conhecimento e sensibilização dos operadores judiciários e policiais relativamente às EIC, explicando, eventualmente o reduzido recurso a estas equipas em Portugal. Nesta sequência, indo ao encontro aos que verificamos quer na análise documental que fizemos, quer no estudo que realizamos, com o objetivo de contribuir para o aumento de EIC com participação portuguesas, parece-nos ser relevante as seguintes sugestões:

- Que a PSP solicite junto do Ponto Nacional de Contacto para as EIC/JIT a realização de encontros formativos que possam informar e sensibilizar o efetivo do SICPSP para a vantagens da utilização de EIC;
- Que a Direção Nacional da PSP através do Departamento de Investigação Criminal possa elaborar uma comunicação, eventualmente sob a forma de Comunicado Técnico Operacional, que informe o SICPSP sobre a utilização de EIC de modo a que se aumente a sua sensibilização e se pondere a sua utilização, sempre que se revelar adequado à investigação;

- Que se inclua no Curso de Investigação Criminal, ministrado aos Polícias para ingresso no SICPSP, um módulo sobre a Cooperação Internacional onde se abordem, entre outras, as questões relacionadas com as EIC.

REFERÊNCIAS

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto (TRP), de 3 de junho de 2009, tirado no processo 1324/08.4PPPRT-A.P1 – acessível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/456bdd1e15b49942802575d3002d6845?OpenDocument>

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto (TRP), de 21 de fevereiro de 2018, tirado no processo 347/10.8PJPRRT.P1 – acessível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/9ed24df228c4c443802583ad003b1752?OpenDocument>

Ata da 1ª Reunião Anual de Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjuntas, Documento do Conselho 15277/05, de 2 de dezembro de 2005 - <http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/JITs/JITs%20meetings/Conclusions%20of%20the%201st%20Meeting%20of%20National%20Experts%20on%20Joint%20Investigation%20Teams/15227-2005-12-02-EN.pdf>

Ata da 2ª Reunião Anual de Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjuntas, Documento do Conselho 15023/06, de 21 de novembro de 2006 - <http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/JITs/JITs%20meetings/Conclusions%20of%20the%202nd%20Meeting%20of%20National%20Experts%20on%20Joint%20Investigation%20Teams/15023-2006-11-21-EN.pdf>

Ata da 3ª Reunião Anual de Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjuntas, Documento do Conselho 5526/08, de 22 de janeiro de 2008 - <http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/JITs/JITs%20meetings/Conclusions%20of%20the%203rd%20Meeting%20of%20National%20Experts%20on%20Joint%20Investigation%20Teams/5526-2008-01-22-EN.pdf>

Ata da 4ª Reunião Anual de Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjuntas, Documento do Conselho 17512/08, de 19 de dezembro de 2008 - <http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/JITs/JITs%20meetings/Conclusions%20of%20the%204th%20Meeting%20of%20National%20Experts%20on%20Joint%20Investigation%20Teams/17512-2008-12-19-EN.pdf>

Ata da 5ª Reunião Anual de Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjuntas, Documento do Conselho 17161/09, de 11 de dezembro de 2009 - <http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/JITs/JITs%20meetings/Conclusions%20of%20the%205th%20Meeting%20of%20National%20Experts%20on%20Joint%20Investigation%20Teams/17161-2009-12-11-EN.pdf>

Ata da 6ª Reunião Anual de Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjuntas, Documento do Conselho 7519/1/11, de 20 de junho de 2011 - <http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/JITs/JITs%20meetings/Conclusions%20of%20the%206th%20Meeting%20of%20National%20Experts%20on%20Joint%20Investigation%20Teams/7519-1-2011-06-20-EN.pdf>

Ata da 7ª Reunião Anual de Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjuntas, Documento do Conselho 8725/12, de 13 de abril de 2012 - <http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/JITs/JITs%20meetings/Conclusions%20of%20the%207th%20Meeting%20of%20National%20Experts%20on%20Joint%20Investigation%20Teams/8725-2012-04-13-EN.pdf>

Ata da 8ª Reunião Anual de Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjuntas, Documento do Conselho 7241/13, de 7 de março de 2013 - <http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/JITs/JITs%20meetings/Conclusions%20of%20the%208th%20Meeting%20of%20National%20Experts%20on%20Joint%20Investigation%20Teams/7241-2013-03-07-EN.pdf>

Ata da 9ª Reunião Anual de Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjuntas, Documento do Conselho 7259/14, de 4 de março de 2014 - <http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/JITs/JITs%20meetings/Conclusions%20of>

%20the%209th%20Meeting%20of%20National%20Experts%20on%20Joint%20Investigation%20Teams/7259-2014-03-04-EN.pdf

Ata da 10ª Reunião Anual de Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjuntas, Documento do Conselho 17115/14, de 19 de dezembro de 2014 - http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/JITs/JITs%20meetings/Conclusions%20of%20the%2010th%20Meeting%20of%20National%20Experts%20on%20Joint%20Investigation%20Teams/17115_2014-12-19_EN.pdf

Ata da 11ª Reunião Anual de Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjuntas, Documento do Conselho 11992/15, de 17 de setembro de 2015 - <http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/JITs/JITs%20meetings/Conclusions%20of%20the%2011th%20Meeting%20of%20National%20Experts%20on%20Joint%20Investigation%20Teams/11thJITConclusions.pdf>

Ata da 12ª Reunião Anual de Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjuntas, Documento do Conselho 12887/16, de 5 de outubro de 2016 - <http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/JITs/JITs%20meetings/Conclusions%20of%20the%2012th%20Meeting%20of%20National%20Experts%20on%20Joint%20Investigation%20Teams/12thJITConclusions.pdf>

Ata da 13ª Reunião Anual de Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjuntas, Documento do Conselho 15501, de 6 de dezembro de 2017 - http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/JITs/JITs%20meetings/Conclusions%20of%20the%2013th%20Meeting%20of%20National%20Experts%20on%20Joint%20Investigation%20Teams/15501_2017_EN.pdf

Ata da 14ª Reunião Anual de Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjuntas, Documento do Conselho 12133/18, de 13 de setembro de 2018 - http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/JITs/JITs%20meetings/Conclusions%20of%20the%2014th%20Meeting%20of%20National%20Experts%20on%20Joint%20Investigation%20Teams/12133_2018_EN.pdf

Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo* (2ª ed). Lisboa: Edições 70

Circular nº 1/12 de 18 de janeiro de 2012, da Procuradoria Geral da República – Formação de Equipas de investigação Conjuntas – Acessível em <http://www.ministeriopublico.pt/iframe/circulares>

Comunicado de Imprensa da Comarca de Lisboa Norte, de 15 de janeiro de 2019, Operação de buscas. DIAP de Lisboa-Norte. Loures – Acessível em <http://comarca-lisboanorte.ministeriopublico.pt/pagina/operacao-de-buscas-diap-de-lisboa-norte-loures>

Comunicado de Imprensa da Eurojust, de 20 de novembro de 2012, relativo à Operação “Xeque ao Rey” – Acessível em <http://www.eurojust.europa.eu/press/PressReleases/Pages/2012/2012-11-20.aspx>

Comunicado de Imprensa da Procuradoria-Geral Distrital do Porto, 6 de janeiro de 2019, Associação criminosa; furto qualificado; burla informática – Acessível em <https://www.pgporto.pt/proc-web/news.jsf?newsItemId=722>

CONVENÇÃO 2000/C 197/01, DO CONSELHO relativa ao auxílio judiciário mútuo em matéria penal entre os EM da União Europeia, JO C 197 de 12.7.2000 - Acessível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2000:197:FULL&from=PT>

DECISÃO 2002/187/JAI DO CONSELHO, de 28 de fevereiro de 2002, relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade - Acessível em [http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/Eurojust-framework/ejdecision/Eurojust%20Decision%20\(Council%20Decision%202002-187-JHA\)/Eurojust-Council-Decision-2002-187-JHA-PT.pdf](http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/Eurojust-framework/ejdecision/Eurojust%20Decision%20(Council%20Decision%202002-187-JHA)/Eurojust-Council-Decision-2002-187-JHA-PT.pdf)

Decisão-Quadro 2002/465/JAI do CONSELHO, de 13 de Junho de 2002, de 13 de Junho de 2002, Relativa às equipas de investigação conjuntas (JO L 162 de 20.6.2002) - Acessível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:L:2002:162:FULL&from=PT>

DECISÃO 2009/426/JAI DO CONSELHO, de 16 de Dezembro de 2008, relativa ao reforço da Eurojust e que altera a Decisão 2002/187/JAI relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade - Acessível em [http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/Eurojust-framework/ejdecision/New%20Eurojust%20Decision%20\(Council%20Decision%202009-426-JHA\)/Eurojust-Council-Decision-2009-426-JHA-PT.pdf](http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/Eurojust-framework/ejdecision/New%20Eurojust%20Decision%20(Council%20Decision%202009-426-JHA)/Eurojust-Council-Decision-2009-426-JHA-PT.pdf)

Denzin, N., Lincoln, Y. (eds.) (1994). *Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks. Sage.

Documento 2005/C 53/01 do Conselho – Programa da Haia: reforço da liberdade, da segurança e da justiça na União Europeia (JO C53 de 3 de março de 2005) - Acessível em [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52005XG0303\(01\)&from=PT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52005XG0303(01)&from=PT)

Documento 11037/05 do Conselho, de 8 de julho de 2005, Relativo à proposta de nomeação de peritos nacionais em EIC - Acessível em <http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/JITs/JITs%20framework/Council%20Document%20establishing%20the%20JITs%20Network/JITs-Council-document-11037-05-EN.pdf>

Gouveia, Jorge (2005). *Direito Internacional Público – Textos fundamentais* (1.^a ed). Coimbra: Coimbra editora.

Guedes, A. M., & Elias, L. (2010). *Controlos Remotos: Dimensões Externas da Segurança Interna em Portugal*. Coimbra: Almedina.

Lei da cooperação judiciária internacional em matéria penal, aprovada pela Lei n.º 144/99, de 30 de agosto, com a última redação dada pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro.

Lino, João (2014). *As forças armadas e a segurança interna*. Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Morgado, Carlos (2014). *O fenómeno da Criminalidade Itinerante*. Dissertação em Direito e Segurança: Universidade Nova de Lisboa.

Nota para a comunicação social, da Procuradoria-Geral da República, de 28 de março de 2019, relativa ao Universo Espírito Santo – Acessível em http://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/nota_para_a_comunicacao_socia_universo_espirito_santo.pdf

Notícia do Jornal Destak, de 10 de fevereiro de 2010, DIAP/Porto acusa 21 pessoas de roubo de ouro, joias e dinheiro no valor de 6,4 milhões - Acessível em <http://www.destak.pt/artigo/53505>

Notícia da RTP, de 23 de março de 2009, relativa à “Operação Anzol” – Acessível em http://www.rtp.pt/noticias/pais/mais-cinco-detidos-na-operacao-anzol-ficam-em-prisao-preventiva_n209681

Pais, Lúcia & Felgueiras, Sérgio & Rodrigues, André & Santos, João & Varela, Tiago. (2015). *Protesto político e atividade policial: a perceção dos media*. *Análise Social*. L (3.º). 494-517.

Resolução 2010/C-70/01 do Conselho, relativa a um modelo de acordo para a criação de equipas de investigação conjuntas (EIC), JO C 70 de 19.3.2010 - Acessível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2010:070:FULL&from=EN>

Relatório sobre a Avaliação da Ameaça da Criminalidade Grave e Organizada, produzido pela Europol (SOCTA, 2017), Europol, Acessível em <https://www.europol.europa.eu/socta/2017/>

Resolução 2017/C 18/01 do CONSELHO, relativa a um modelo de acordo para a criação de Equipas de Investigação Conjuntas (EIC), JO C 18 de 19.1.2017 - Acessível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2017:018:FULL&from=EN>

Tratado da União Europeia, JO 92/C 191 / 1 – Acessível em - <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:11992M/TXT&from=PT>